

ANÁLISE COMPARATIVA DO PODER: PRIMAZIA DO CORPO EM FOUCAULT FRENTE À RACIONALIDADE COMUNICATIVA EM HABERMAS

Comparative Power Analysis: Body primacy in Foucault compared to communicative rationality in Habermas

Renato Moraes^{1*}

Filipe Zanuzzio Blanco^{2*}

RESUMO

Este artigo examina as visões contrastantes de Michel Foucault e Jürgen Habermas sobre o conceito de poder, destacando a ênfase de Foucault na dimensão corpórea e difusa do poder e a defesa de Habermas pela racionalidade comunicativa como base para a legitimidade. A análise aborda as críticas de Habermas às limitações da abordagem de Foucault e como este último contrapõe essas críticas ao mostrar que o poder transcende a deliberação racional e se manifesta nas práticas cotidianas. Utilizando análise de conteúdo, são exploradas obras essenciais de ambos os autores, seja a genealogia/arqueologia (Foucault) e a Reconstrução (Habermas) e de seus principais comentadores, facilitando a compreensão das semelhanças e diferenças em suas perspectivas. Conclui-se que, enquanto Habermas valoriza o diálogo e a participação democrática, Foucault ressalta que o poder se infiltra de forma sutil e corporal, desafiando a eficácia da deliberação racional. Essas abordagens juntas fornecem uma compreensão mais abrangente do poder e das estratégias de resistência que consideram tanto aspectos discursivos quanto práticos.

Palavras-chave: Poder; corporificação; racionalidade comunicativa; resistência; emancipação.

ABSTRACT

This article examines the contrasting views of Michel Foucault and Jürgen Habermas on the concept of power, highlighting Foucault's emphasis on the corporeal and diffuse nature of power and Habermas's advocacy for communicative rationality as the basis for legitimacy. The analysis addresses Habermas's critiques of the limitations within Foucault's approach and how Foucault

^{1*} Universidade Federal de São Carlos. Doutor em Ciência Política pela USP, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, especialista em Direitos Humanos pelo Largo de São Francisco, USP, bacharel em Direito pela UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. É professor de Ciência Política, no Departamento de Ciências Sociais (DCSo), da UFSCar. Desenvolve estudos sobre as relações entre Direito e Política e em Teorias Políticas Contemporâneas. E-mail: renato.a.moraes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8674-5799>.

^{2*} Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Mestre em Políticas Públicas Educacionais pela Unimep, Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (2014), graduação em licenciatura em História pela Faculdade Paulista São José (2018) e graduação em Ciências Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (2007). Atualmente é professor - Diretoria de Ensino região de Piracicaba (SP). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia. E-mail: filipeblanco@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4341-058X>.

counters these critiques by demonstrating that power transcends rational deliberation and manifests in everyday practices. Through content analysis, essential works by both authors and their main commentators are explored to facilitate the understanding of the similarities and differences in their perspectives. The conclusion indicates that while Habermas values dialogue and democratic participation, Foucault underscores that power subtly permeates the corporeal realm, challenging the effectiveness of rational deliberation alone. Together, these approaches offer a more comprehensive understanding of power and strategies of resistance that take into account both discursive and practical dimensions.

Keywords: Power; embodiment; communicative rationality; resistance; emancipation.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca explorar as divergências e convergências entre Michel Foucault e Jürgen Habermas em suas concepções de poder, com ênfase na dimensão corpórea defendida por Foucault e na racionalidade comunicativa proposta por Habermas. Enquanto Foucault foca nas manifestações difusas e corporais do poder que permeiam todas as práticas sociais (Foucault, 2014a, p. 35; Foucault, 2013, p. 210), Habermas defende que a legitimidade do poder deve ser alcançada por meio da deliberação racional e do consenso democrático (Habermas, 2022, p. 86; Habermas, 2012, p. 58). Essa análise se revela fundamental para a compreensão das distintas maneiras pelas quais as relações de poder e emancipação podem ser interpretadas nas ciências sociais contemporâneas.

Os objetivos deste estudo são três: primeiro, compreender as críticas de Habermas às limitações da abordagem foucaultiana, nas quais ele argumenta que a análise de Foucault ignora a capacidade emancipatória da racionalidade comunicativa (Habermas, 2022, p. 50); segundo, destacar como Foucault contrapõe a perspectiva habermasiana ao demonstrar que o poder transcende a racionalidade comunicativa e se manifesta em práticas corporais e microfísicas (Foucault, 2014a, p. 38; Foucault, 2013, p. 210); e, por fim, propor uma reflexão sobre as implicações teóricas e práticas dessas abordagens para a análise do poder nas sociedades modernas.

Os textos abordados neste artigo e que permite uma investigação detalhada das principais obras de Foucault e Habermas, bem como de seus comentadores mais influentes, como Dreyfus e Rabinow (Dreyfus; Rabinow, 2013, p. 78; Rabinow, 2014, p. 112) serão estas: “Vigiar e Punir” (Foucault, 2013, p. 210) e “História da Sexualidade” (Foucault, 2014a, p. 35) de Foucault, e “Teoria da Ação Comunicativa” (Habermas, 2022, p. 86) de Habermas, para mapear como cada autor

concebe o poder e a emancipação. A análise comparativa facilitará a identificação das semelhanças e diferenças entre as perspectivas dos autores.

As considerações finais indicam que, embora Habermas forneça uma estrutura que promove o diálogo e a participação democrática como ferramentas de emancipação (Habermas, 2012, p. 104), a visão de Foucault ressalta que o poder se infiltra de forma mais sutil e corporal, desafiando a eficácia exclusiva da deliberação racional (Foucault, 2014a, p. 38). Juntas, essas abordagens oferecem uma compreensão mais complexa do poder, essencial para pensar estratégias de resistência que levem em conta tanto os processos discursivos quanto às práticas cotidianas (Fraser, 2018, p. 102; Connolly, 1993, p. 56).

2. PODER EM FOUCAULT E RACIONALIDADE EM HABERMAS: UM ESTUDO COMPARATIVO

Habermas, em “Teoria da Ação Comunicativa” (2022, p. 86), acusa Foucault de enfatizar excessivamente a dimensão corpórea do poder, negligenciando a relevância da racionalidade comunicativa. Ele argumenta que o poder legítimo deve emergir por meio do consenso e do diálogo racional. Para Habermas, a análise de Foucault é insuficiente porque ignora como as estruturas discursivas podem ser usadas como formas de resistência e emancipação.

Habermas sustenta que a racionalidade comunicativa é a base para a legitimidade do poder, promovendo a participação ativa dos cidadãos no processo decisório. Ele acredita que, sem esse aspecto discursivo, o poder corre o risco de se tornar autoritário e repressivo. Essa crítica revela a confiança de Habermas na capacidade emancipatória do diálogo, que ele vê como essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Habermas, 2022, p. 50).

O conceito de *poder* em Jürgen Habermas se fundamenta em sua teoria da ação comunicativa, onde o poder é entendido como algo que emerge das relações intersubjetivas e do entendimento mútuo. Em “Teoria do Agir Comunicativo”, Habermas apresenta o poder como resultado da razão comunicativa, surgindo da capacidade dos indivíduos de dialogar e buscar consensos por meio de processos discursivos livres de coerção. Para ele, o poder não se limita a uma força coercitiva; ele pode ser legitimado por meio da deliberação e do consenso (Habermas, 1987, p. 145).

A continuidade do poder depende da legitimidade comunicativa e das práticas discursivas que envolvem a participação dos cidadãos em processos deliberativos. Em “Faticidade e Validade”, Habermas enfatiza que o poder político legítimo se fundamenta na participação efetiva dos cidadãos, permitindo que eles expressem suas razões e influenciem decisões coletivas. Ele destaca que a legitimidade se mantém não pela força, mas pela criação de um ambiente em que as vozes possam ser ouvidas e respeitadas (Habermas, 1997, p. 110).

A formação da opinião pública e a esfera pública desempenham papéis essenciais na transferência de poder, conforme discutido em “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, Habermas define a esfera pública como o local onde as opiniões se formam, permitindo que o poder seja transferido de forma indireta das massas para as instituições políticas. A esfera pública, segundo ele, atua como um mediador entre a sociedade civil e o Estado, possibilitando que as políticas públicas reflitam as necessidades e interesses coletivos (Habermas, 1984, p. 89). A ação comunicativa, que busca o entendimento mútuo, é fundamental para a afirmação do poder. Habermas distingue entre ação comunicativa e ação estratégica, sendo a primeira orientada para a construção de consenso e a segunda para objetivos individuais. Ele afirma que, na ação comunicativa, o poder se afirma não por imposição, mas pelo reconhecimento e aceitação dos argumentos construídos coletivamente, servindo como base para a coordenação social (Habermas, 1987, p. 86).

O poder também se constitui na intersubjetividade, onde o reconhecimento mútuo entre os indivíduos é essencial. Em “A Inclusão do Outro”, Habermas defende que o poder legítimo se constrói a partir do reconhecimento dos indivíduos como agentes autônomos e racionais, capazes de participar em processos argumentativos. Esse reconhecimento mútuo é fundamental para a legitimidade das normas e decisões que regem a sociedade (Habermas, 2002, p. 45). Em “Verdade e Justificação”, Habermas aborda os desafios do poder democrático nas sociedades modernas. Ele observa que a esfera pública enfrenta ameaças da racionalidade instrumental e dos interesses econômicos e midiáticos, que podem distorcer os processos comunicativos. Segundo ele, a esfera pública pode ser colonizada por sistemas que priorizam a eficiência sobre o entendimento, o que compromete a legitimidade do poder democrático. Para enfrentar esses desafios, é necessário que o poder seja continuamente validado por deliberações livres e abertas, garantindo que todos possam participar de forma igualitária e expressar suas opiniões sem interferência de interesses externos (Habermas, 1999, p. 122).

Em resumo, o poder em Habermas é caracterizado pela legitimidade comunicativa, pela deliberação e pelo reconhecimento intersubjetivo. Ele se perpetua e se transfere por meio da opinião pública, se afirma pela ação comunicativa e se constitui nas relações sociais, onde o reconhecimento mútuo é fundamental. A visão de Habermas sobre o poder propõe um modelo alternativo às concepções tradicionais de dominação, apresentando-o como um fenômeno legitimado pela participação e pelo consenso, que depende da razão e do diálogo para se sustentar.

Além disso, Habermas critica Foucault por não reconhecer a potencialidade transformadora dos processos comunicativos na esfera pública. Para ele, o poder não é apenas uma força opressora, mas também pode ser uma ferramenta de emancipação quando mediado pelo discurso racional. Ao focar exclusivamente na dimensão corpórea do poder, Foucault negligencia essa faceta crucial que, segundo Habermas, é indispensável para a verdadeira democratização da sociedade (Habermas, 2022, p. 120).

A teoria da ação comunicativa, formulada por Jürgen Habermas, enraíza-se na concepção de que a linguagem é o meio central pelo qual os indivíduos coordenam suas ações e compartilham significados. A perspectiva de Habermas revela que a linguagem não é meramente uma ferramenta de transmissão de informações, mas sim o veículo por meio do qual as interações sociais se estruturam e as relações de poder se articulam (Habermas, 1997, p. 35). Ele fundamenta sua análise na ideia de que a comunicação busca alcançar a compreensão mútua, afastando-se de qualquer forma de coerção que comprometa a liberdade dialógica (Habermas, 1997, p. 42). Essa abordagem contrasta com outras teorias que priorizam o papel instrumental da linguagem, destacando que a comunicação genuína é orientada por normas de validade e não por interesses meramente estratégicos (Habermas, 1997, p. 48).

O conceito de força normativa na teoria de Habermas indica a capacidade das normas sociais de se consolidarem através da aceitação mútua entre os participantes do discurso (Habermas, 2001, p. 66). Essa força normativa não é imposta externamente, mas emergente do processo comunicativo onde os atores aceitam e confirmam normas de conduta em busca de consenso (Habermas, 2001, p. 71). Assim, a normatividade é produto da interação onde todos têm voz, resultando em regras legitimadas pelo reconhecimento coletivo (Habermas, 2001, p. 75). Esse processo estabelece a base para a criação de um espaço público democrático, onde os indivíduos encontram, na linguagem, um meio de afirmar valores partilhados que reforçam a coesão social (Habermas, 2001, p. 81). Aqui, as normas não são simplesmente obedecidas, mas compreendidas e endossadas, conferindo uma legitimidade que transcende a mera imposição (Habermas, 2001, p. 84).

Habermas ressalta que a linguagem possui uma capacidade intrínseca de moldar e influenciar as estruturas políticas por meio do discurso deliberativo (Habermas, 1996, p. 102). A política, quando permeada por práticas comunicativas autênticas, reflete uma esfera pública robusta onde as decisões são formadas coletivamente (Habermas, 1996, p. 107). O autor argumenta que a linguagem, neste contexto, não é passiva; ela atua como um catalisador que legitima decisões políticas através da racionalidade comunicativa (Habermas, 1996, p. 112). Dessa forma, o poder político é transformado pela prática do diálogo, onde as argumentações válidas e justas prevalecem sobre imposições autoritárias (Habermas, 1996, p. 117). O impacto disso é uma política que se torna mais inclusiva e representativa, reverberando nas estruturas democráticas que dependem do compromisso coletivo com a transparência e a participação (Habermas, 1996, p. 121).

O pensamento de Habermas privilegia a ação e a racionalidade como elementos centrais para um processo deliberativo efetivo (Habermas, 1998, p. 45). A sua teoria aponta que a ação comunicativa é impulsionada por uma racionalidade orientada para o entendimento mútuo, destacando a importância de um processo no qual os participantes possam expressar, justificar e criticar as pretensões de validade (Habermas, 1998, p. 49). Isso contrasta com a ação estratégica, onde o objetivo é manipular o resultado em favor de interesses individuais (Habermas, 1998, p. 52). Para Habermas, a ação comunicativa só cumpre seu potencial transformador quando fundamentada em princípios de racionalidade que guiam os interlocutores em direção a decisões legítimas e consensuais (Habermas, 1998, p. 57). Portanto, é através da ação racional, enraizada na linguagem, que o processo político se fortalece, promovendo uma deliberação que respeita a pluralidade e a razão compartilhada (Habermas, 1998, p. 61).

Contrapondo essa visão, Foucault, em “História da Sexualidade, Volume 1: A Vontade de Saber” (2014a, p. 35), defende que o poder permeia todos os aspectos da vida, moldando não só as ações, mas também os corpos e desejos das pessoas. Ele destaca que o poder opera de maneira microfísica, nos detalhes das práticas cotidianas e nas normas reguladoras da sexualidade. Esta análise expõe como as relações de poder são internalizadas e corporificadas, desafiando a ideia de que o poder possa ser completamente compreendido ou legitimado somente através da comunicação racional.

Foucault argumenta que o poder não é meramente uma questão de dominação evidente, mas sim uma rede complexa de relações que se manifestam em todas as esferas da vida cotidiana. Ele ilustra como essas relações são internalizadas pelos indivíduos, que acabam por reproduzir as

normas de poder através de suas práticas diárias, sem uma percepção clara de sua opressão (Foucault, 1995, p. 27).

Dreyfus e Rabinow (2013, p. 78; 2014, p. 112) analisam as complexas dinâmicas de poder descritas por Foucault, destacando que o poder é exercido de maneira difusa e contínua nas práticas sociais. Eles afirmam que o poder é uma força produtiva que molda subjetividades e corpos de maneiras profundas e sutis. A visão de Foucault sobre o poder inclui a capacidade de gerar novos tipos de indivíduos e modos de vida através das práticas cotidianas (Dreyfus; Rabinow, 1982, p. 108).

Nos volumes subsequentes, “História da Sexualidade, Volume 2: O Uso dos Prazeres” (2014b, p. 78) e “História da Sexualidade, Volume 3: O Cuidado de Si” (2014c, p. 102), Foucault aprofunda a análise sobre como práticas de prazer e cuidados de si funcionam como formas de resistência e autogoverno. Ele argumenta que essas práticas são profundamente políticas, pois desafiam e reconfiguram as relações de poder existentes (Foucault, 2014b, p. 79).

Eribon (2014, p. 94) e Deleuze (2015, p. 56) ressaltam que a abordagem de Foucault, ao focar nas práticas corporais, oferece uma visão mais robusta e prática das formas de resistência ao poder. Eribon destaca que as análises de Foucault sobre práticas de resistência mostram como os indivíduos podem reconfigurar suas identidades e desafiar normas impostas pelo poder. Deleuze reforça que essa perspectiva prática proporciona uma compreensão mais rica das formas de resistência que emergem nas práticas cotidianas.

Em “Vigiar e Punir” (2013, p. 210), Foucault detalha como as instituições disciplinares moldam corpos e mentes, reforçando a noção de que o poder é exercido através da corporificação. Ele mostra como a disciplina se inscreve nos corpos, tornando-os dóceis e úteis, o que enfatiza que o poder não é apenas discursivo, mas também corpóreo.

A análise de Foucault sobre as instituições disciplinares revela como essas práticas de poder são integradas e naturalizadas na sociedade contemporânea. Ele mostra que, ao internalizar as normas disciplinares, os indivíduos se tornam agentes ativos na reprodução dessas relações de poder, muitas vezes sem estarem conscientes disso. Esse *insight* é crucial para entender a profundidade e a persistência das hierarquias sociais, bem como as dificuldades de resistência e transformação (Foucault, 2013, p. 210).

2.1 Foucault versus Habermas: Poder Corporal e Racionalidade Comunicativa em Discurso

Embora Foucault não tenha respondido diretamente às críticas de Habermas, suas obras fornecem uma robusta contra-argumentação. Em “História da Sexualidade, Volume 4: As Confissões da Carne” (Foucault, 2018, p. 132), ele explora como os discursos religiosos sobre a carne e a sexualidade moldam as subjetividades, reforçando que o poder se exerce de maneiras complexas e difusas.

Ao analisar os discursos religiosos, Foucault mostra que a religião não apenas regula comportamentos, mas também molda profundamente as subjetividades e identidades. Ele argumenta que esses discursos sobre a carne e a sexualidade são formas de controle que penetram no íntimo dos indivíduos, influenciando suas percepções e desejos (Foucault, 2018, p. 140).

Além disso, Foucault discute como as práticas confessionais e os discursos sobre o pecado sexual reforçam a sujeição dos indivíduos. Ele observa que a confissão não apenas impõe uma moralidade, mas também cria sujeitos que se auto-regulam com base nesses princípios. Esse processo de auto-vigilância e auto-disciplina é crucial para entender como o poder se manifesta não apenas através de instituições, mas também através das práticas cotidianas que os indivíduos adotam em suas vidas pessoais (Foucault, 2018, p. 145). No entanto Foucault (1984) discute o fenômeno da compreensão da existência humana, incluído em suas rotinas.

Michel Foucault, em sua obra “O que é o Esclarecimento?”, problematiza a racionalidade como um projeto que não é capaz de abarcar completamente a complexidade da existência humana. Ele aponta que a razão, em sua pretensão de universalidade e objetividade, revela limites estruturais, especialmente quando se considera o contexto histórico e as relações de poder subjacentes (Foucault, 1984b, p. 40). Para Foucault, a racionalidade não é uma ferramenta neutra, mas sim moldada pelas contingências históricas e pelas dinâmicas discursivas que a configuram e reconfiguram (Foucault, 1984b, p. 42). O filósofo expõe que o projeto iluminista de esclarecimento, que promete libertação por meio da razão, na verdade, instaura formas sutis de controle e normatização, restringindo a liberdade e enquadrando o pensamento em marcos predeterminados (Foucault, 1984b, p. 45). Dessa forma, a crítica foucaultiana revela que a razão, longe de ser um meio emancipatório absoluto, é um dispositivo que pode reforçar estruturas de dominação.

No que tange ao conhecimento sensível, Foucault demonstra que a razão cartesiana e o iluminismo rebaixam as experiências do sensível a um segundo plano, priorizando o cogito como centro do saber (Foucault, 1966, p. 78). Essa hierarquização, conforme argumenta, negligencia formas de conhecimento que escapam à sistematização racional e objetivista. Para Foucault, a valorização exclusiva do intelecto obscurece as maneiras pelas quais o conhecimento sensível

participa na formação da subjetividade e da experiência cotidiana (Foucault, 1966, p. 82). O autor sugere que ao marginalizar o sensível, a razão cria uma dicotomia artificial entre o corpo e a mente, onde o primeiro é relegado a uma condição de passividade, enquanto o segundo se torna o árbitro supremo da verdade (Foucault, 1966, p. 87). A crítica de Foucault ressoa como um apelo para reconhecer as limitações inerentes à razão e a necessidade de valorizar outras formas de saber que são historicamente subestimadas.

Quando aborda o conhecimento moral, Foucault destaca que a razão impõe uma normatividade que regula os comportamentos e define os limites do aceitável (Foucault, 2014a, p. 59). Ele argumenta que o poder disciplinar se manifesta através da racionalização de normas morais que controlam e moldam os sujeitos, muitas vezes sob a máscara de neutralidade e objetividade (Foucault, 1980, p. 62). A moralidade, então, não é vista como um campo autônomo ou puramente racional, mas como um terreno onde as relações de poder se desenrolam e perpetuam um ideal de conduta que corresponde aos interesses de uma determinada estrutura social (Foucault, 1980, p. 66). Foucault revela que a razão moral é, na verdade, permeada por estratégias que buscam governar a conduta dos indivíduos, inserindo-os em uma matriz de normatização contínua e vigilante (Foucault, 1980, p. 70). Assim, os limites da razão se tornam evidentes quando se percebe que ela é um agente de regulação e não apenas de reflexão ética.

O exame dos afetos sob a lente foucaultiana mostra que a razão frequentemente se impõe como um filtro que relega as emoções a um estado de irracionalidade ou de descontrole a ser subjugado (Foucault, 2013 p. 104). Foucault desafia essa visão ao expor que os afetos são parte integral das práticas discursivas e das tecnologias de poder que constituem os sujeitos (Foucault, 2013, p. 108). Os afetos, na perspectiva de Foucault, não são apenas reações desordenadas, mas forças que podem revelar os contornos dos limites da razão, desafiando suas pretensões de universalidade e seu papel de mediador entre a experiência e o conhecimento (Foucault, 2013, p. 115). Dessa forma, os afetos aparecem como potenciais subversivos que questionam a soberania da razão e sua capacidade de compreender plenamente a experiência humana.

No primeiro volume de “História da Sexualidade”, Foucault argumenta que o poder se manifesta através dos discursos sobre a sexualidade, moldando os corpos e os desejos das pessoas (Foucault, 2014a, p. 35). Ele mostra que o poder não é apenas uma força repressiva, mas também uma força produtiva que cria realidades sociais e subjetivas. Essa análise desafia a visão habermasiana, que vê o poder principalmente como algo que pode ser legitimado através da comunicação racional.

Foucault demonstra que os discursos sobre sexualidade não apenas reprimem desejos, mas também produzem novos modos de ser e de entender a si mesmo. Ele sugere que esses discursos têm um efeito produtivo, criando novas formas de subjetividade e novos campos de experiência que antes não existiam (Foucault, 2014a, p. 38).

Além disso, Foucault argumenta que o poder sexual não é centralizado, mas difuso, operando através de uma rede de relações que permeiam toda a sociedade. Ele afirma que o poder se manifesta em todas as interações sociais, influenciando os comportamentos e as percepções de maneira sutil e constante. Essa visão desafia a ideia de que o poder pode ser totalmente compreendido ou controlado através da racionalidade comunicativa (Foucault, 2014a, p. 40).

Para Jürgen Habermas, a racionalidade é um conceito central que permeia suas teorias sobre comunicação e sociedade. Em “Teoria da Ação Comunicativa”, ele define a racionalidade como um processo que se baseia na busca de entendimento mútuo, em que os sujeitos comunicam-se para chegar a um consenso por meio de argumentos racionais (Habermas, 1981, p. 99). Esse tipo de racionalidade, segundo ele, não se reduz ao cálculo instrumental e estratégico, mas envolve a capacidade de agir comunicativamente, visando a compreensão entre os interlocutores. O limite da racionalidade, então, se encontra no potencial de alcançar esse entendimento sem distorções de poder, já que a comunicação ideal é difícil de ser realizada na prática devido às influências externas e às pressões estruturais da sociedade (Habermas, 1984, p. 123). Para ele, a racionalidade proporciona uma base para a legitimação democrática, na medida em que permite que os cidadãos participem ativamente e de forma crítica nos processos decisórios, alcançando uma forma de consenso fundamentada no diálogo e no respeito mútuo (Habermas, 1992, p. 145).

Habermas aposta na racionalidade porque acredita que é através dela que se pode construir uma sociedade mais justa e democrática, onde as decisões coletivas são fruto do diálogo aberto e da cooperação entre os indivíduos. Em sua obra “Facticidade e Validade”, ele defende que a racionalidade comunicativa é o melhor meio para se alcançar a legitimidade das normas sociais, pois permite que elas sejam fruto de um consenso genuíno, alcançado mediante a participação igualitária e livre de todos os cidadãos (Habermas, 1997, p. 38). A racionalidade, para ele, não é um fim em si mesma, mas uma ferramenta para fortalecer a democracia, ao criar espaços onde os cidadãos podem questionar, criticar e propor ideias de maneira construtiva (Habermas, 2001, p. 212). Esse enfoque visa superar a racionalidade instrumental, típica das sociedades modernas, onde a razão se vê subordinada a objetivos econômicos e burocráticos, e restabelecer a importância de uma razão prática voltada para a comunicação e a ética (Habermas, 1987, p. 94). Dessa forma, a

aposta de Habermas na racionalidade está diretamente ligada a seu compromisso com uma esfera pública emancipada e participativa, onde o diálogo fundamentado permite a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática (Habermas, 1998, p. 76).

O corpo, na perspectiva de Michel Foucault, emerge como o *locus* fundamental de inscrição dos mecanismos de poder e controle social. Para Foucault, o corpo não é apenas uma entidade biológica; ele se torna um ponto de articulação entre o indivíduo e as práticas sociais que o circunscrevem. Como expõe em “Vigiar e Punir”, o corpo é transformado e disciplinado pelas forças sociais, configurando-se como “uma superfície de inscrição dos acontecimentos” (Foucault, 2013, p. 136). O corpo, nesse sentido, é o veículo através do qual o poder se manifesta e organiza o sujeito; ele se torna a matéria-prima para a operação das técnicas disciplinares e de biopolítica, conforme discutido em “História da Sexualidade” (Foucault, 2014, p. 152). O limite do corpo, para Foucault, não está em sua fisicalidade, mas na capacidade de ser modulado e moldado pelas normatividades sociais, pois o corpo é também “uma projeção do espaço e tempo que o atravessam” (Foucault, 2014, p. 211). Tal entendimento ultrapassa a percepção do corpo como algo natural, revelando-o como um artefato da sociedade e da história, “um campo de coerção e resistência” (Foucault, 2020, p. 48). Através do corpo, o homem percebe as engrenagens de poder que estruturam as relações e instituições sociais, fazendo do corpo uma janela para o entendimento da própria sociedade e das relações que definem o sujeito (Foucault, 1980, p. 55). Assim, o corpo, em Foucault, é definido como o ponto de convergência entre a identidade individual e as tecnologias de controle que a sociedade impõe, “um reflexo das estruturas de dominação” (Foucault, 1975, p. 23), configurando-se, portanto, como o espelho através do qual as relações de poder se tornam visíveis e, em última análise, analisáveis.

O corpo, para Foucault, é compreendido como um veículo através do qual o poder se manifesta e organiza o sujeito, tornando-se o primeiro espaço onde a dominação se inscreve. Antes mesmo de o indivíduo desenvolver a capacidade de pensar ou raciocinar, ele já é formatado pelo corpo, que sofre as marcas das normatividades impostas pela sociedade. Esse corpo, longe de ser uma entidade natural e autônoma, está imerso em um conjunto de práticas que o disciplinam e o moldam, fazendo dele uma superfície de inscrição para o poder (Foucault, 2013, p. 136). Dessa maneira, o corpo se configura como a primeira forma de identidade que o sujeito adquire, mas uma identidade construída a partir das forças sociais que o controlam e o submetem a regimes de controle. Foucault observa que, muito antes de existir uma racionalidade capaz de guiar as ações do sujeito, o corpo já está disciplinado por normas, regras e práticas que o formam (Foucault, 2021, p.

152). Isso significa que o corpo antecede qualquer ato de pensamento ou entendimento autônomo; ele já é um corpo formatado.

Para Habermas, por outro lado, a racionalidade é vista como uma via para a emancipação, mas ela não é suficiente para ultrapassar as inscrições de poder que marcam o corpo desde sua constituição. Habermas acredita que a racionalidade comunicativa pode criar um espaço de diálogo livre de coerções, onde os sujeitos podem, teoricamente, construir uma sociedade mais justa e democrática (Habermas, 1981, p. 99). No entanto, essa concepção de racionalidade falha em atender aos pressupostos de emancipação que ele almeja, pois desconsidera que a emancipação do sujeito já está limitada desde o início pela estrutura corporal, moldada e marcada pelo poder. O corpo, marcado como uma tatuagem pelas forças disciplinadoras, carrega consigo as marcas do sofrimento e da subordinação, que não podem ser apagadas apenas por um exercício de racionalidade. Assim, o projeto de emancipação racional esbarra nas limitações impostas pelo corpo já moldado pelas operações das técnicas disciplinares de biopolítica, algo que a racionalidade habermasiana não consegue superar, pois não leva em conta as inscrições de poder no próprio corpo do sujeito (Habermas, 1984, p. 123).

O limite do corpo, segundo Foucault, não está na sua fisicalidade, mas na capacidade de ser constantemente moldado e remoldado pelas normatividades sociais. Esse corpo é uma projeção das dimensões de espaço e tempo que o atravessam, configurando-se como uma entidade que precede qualquer forma de entendimento racional ou autonomia do sujeito. Em outras palavras, o corpo é condicionado pelas forças externas antes mesmo que o sujeito possa exercer qualquer forma de reflexão sobre si mesmo (Foucault, 2014, p. 211). Esse corpo precede toda a capacidade de entendimento ou de racionalidade, pois ele já existe como uma estrutura marcada pelas práticas sociais que o constituem e definem. Dessa forma, a tentativa de racionalizar a sociedade, como propõe Habermas, falha em reconhecer que a própria racionalidade já está limitada por esse corpo marcado. O corpo é um reflexo das relações de poder que o cercam e que determinam, em grande medida, o que o sujeito pode ser ou fazer. Foucault nos mostra que o poder não se exerce apenas nas ações diretas sobre o sujeito, mas também na capacidade de inscrever-se em sua própria constituição física e social, delimitando as fronteiras de sua identidade antes que ele possa sequer conceber a ideia de liberdade ou emancipação (Foucault, 1975, p. 23).

Dreyfus (2013, p. 78) e Rabinow (2014, p. 112) corroboram a visão de Foucault ao destacarem a complexidade das dinâmicas de poder. Eles observam que o poder, segundo Foucault, é uma força que molda as subjetividades e os corpos de maneiras profundas e sutis. Dreyfus destaca

que a análise foucaultiana revela como o poder está enraizado nas práticas cotidianas e nas estruturas sociais, enquanto Rabinow enfatiza que essa perspectiva oferece uma compreensão mais detalhada e prática das formas de poder.

Dreyfus argumenta que a visão de Foucault sobre o poder como uma força produtiva ajuda a entender como as normas sociais são internalizadas e como elas moldam os comportamentos e identidades dos indivíduos. Ele sugere que essa abordagem oferece uma compreensão mais completa das maneiras pelas quais o poder se infiltra em todos os aspectos da vida cotidiana, criando sujeitos que perpetuam essas normas através de suas próprias ações e práticas (Dreyfus, 2013, p. 80).

Rabinow complementa essa análise ao enfatizar que a perspectiva de Foucault proporciona uma visão mais prática das formas de poder. Ele argumenta que, ao considerar o poder como algo que se manifesta em todas as interações sociais, podemos desenvolver estratégias de resistência que operem no mesmo nível, transformando as práticas cotidianas e desafiando as normas de maneira direta e eficaz (Rabinow, 2014, p. 115).

Em “História da Sexualidade, Volume 2: O Uso dos Prazeres” (Foucault, 2014b, p. 50), Foucault explora como as práticas de prazer são formas de autogoverno e resistência ao poder normativo. Ele argumenta que essas práticas permitem que os indivíduos redefinam suas subjetividades e resistam às normas impostas pela sociedade. Isso contrasta com a visão de Habermas, que vê a comunicação racional como o principal meio de resistência e emancipação.

Foucault demonstra que as práticas de prazer não são meramente indulgências pessoais, mas atos políticos que desafiam as normas sociais e criam novas formas de subjetividade. Ele sugere que, ao engajar-se nessas práticas, os indivíduos podem resistir às formas de controle que a sociedade tenta impor, criando espaços de liberdade e autonomia (Foucault, 2014b, p. 55). Ele argumenta que essas práticas de prazer são formas de resistência que operam fora das esferas tradicionais do poder e da comunicação racional. Ele acredita que, ao focar no corpo e nos prazeres, os indivíduos podem subverter as normas sociais de maneiras que a racionalidade comunicativa não permite, oferecendo uma alternativa mais visceral e imediata à resistência política (Foucault, 2014b, p. 58).

Fraser (2018, p. 102) e Connolly (1993, p. 56) reforçam essa visão, argumentando que a análise de Foucault sobre as práticas sociais e o corpo oferece uma perspectiva mais prática e aplicada das formas de resistência. Fraser observa que as práticas de prazer analisadas por Foucault

são essenciais para compreender como os indivíduos podem desafiar as normas sociais e resistir ao poder. Connolly acrescenta que essa abordagem fornece uma base sólida para explorar as complexas interações entre poder, corpo e práticas sociais.

Fraser destaca que as práticas de prazer discutidas por Foucault mostram como a resistência pode ser incorporada no cotidiano, permitindo que os indivíduos desafiem as normas sociais através de suas próprias experiências e ações. Ela sugere que essa forma de resistência é particularmente eficaz porque opera no mesmo nível que o poder, utilizando as mesmas ferramentas que ele usa para se perpetuar (Fraser, 2018, p. 105).

Connolly complementa essa visão ao argumentar que a análise de Foucault oferece uma base sólida para entender as interações entre poder, corpo e práticas sociais. Ele afirma que essa abordagem é útil para identificar pontos de resistência e desenvolver práticas que possam desafiar e subverter as normas estabelecidas, criando novas formas de subjetividade e agência (Connolly, 1993, p. 60).

Habermas, em sua teoria da racionalidade comunicativa, falha em capturar a complexidade e a profundidade do poder conforme descrito por Foucault. No entanto, essa abordagem não aborda adequadamente a dimensão corporal do poder, deixando uma lacuna significativa em sua teoria.

Habermas acredita que a deliberação pública e o consenso racional são fundamentais para a legitimidade do poder, pois garantem que todas as vozes sejam ouvidas e que as decisões sejam tomadas de forma democrática. Ele argumenta que, sem esses elementos, o poder corre o risco de se tornar arbitrário e autoritário. Essa perspectiva, no entanto, negligencia a maneira como o poder se manifesta de forma corporal e microfísica, conforme descrito por Foucault (Habermas, 2012, p. 60).

Ele critica a abordagem de Foucault por sua falta de foco na capacidade emancipatória da racionalidade comunicativa. Para Habermas, a comunicação racional tem o potencial de revelar e desafiar as relações de poder opressivas, promovendo a liberdade e a justiça. Ele acredita que, ao ignorar essa dimensão, Foucault perde uma oportunidade crucial de explorar como o poder pode ser resistido e transformado através do diálogo e da deliberação (Habermas, 2012, p. 62).

Foucault, por outro lado, sugere que o poder é onipresente e que todos os indivíduos participam de sua produção e reprodução. Em “História da Sexualidade, Volume 1: A Vontade de Saber” (Foucault, 2014a, p. 89), ele discute como o poder não é apenas algo que é imposto de cima para baixo, mas algo que permeia todas as relações sociais, sendo exercido em todas as interações e práticas cotidianas.

Para Foucault, o poder não é uma entidade centralizada, mas uma rede difusa que se manifesta em todos os níveis da sociedade. Ele argumenta que o poder é produzido e reproduzido nas interações cotidianas, nas normas sociais e nas práticas discursivas. Essa visão desafia a ideia de que o poder pode ser completamente compreendido ou legitimado apenas através da deliberação racional, pois ele está enraizado nas práticas corporais e nas micro-relações que formam o tecido social (Foucault, 2014a, p. 92).

Foucault também destaca que o poder é exercido de maneiras sutis e invisíveis, muitas vezes através de práticas que parecem benignas ou normais. Ele argumenta que o poder permeia todos os aspectos da vida, desde a educação até a medicina, moldando as subjetividades e os comportamentos dos indivíduos de maneiras que muitas vezes passam despercebidas. Essa visão revela a profundidade e a complexidade das relações de poder, que não podem ser reduzidas a meras questões de consenso e deliberação (Foucault, 2014a, p. 95).

Dreyfus (2013, p. 78) e Rabinow (2014, p. 112) concordam, argumentando que o poder é uma força produtiva que molda as subjetividades e os corpos de maneiras profundas e sutis. Dreyfus destaca que a análise foucaultiana revela como o poder está enraizado nas práticas cotidianas e nas estruturas sociais. Rabinow enfatiza que essa perspectiva oferece uma compreensão mais detalhada e prática das formas de poder, mostrando como ele permeia todas as relações sociais e se manifesta nas interações diárias.

Dreyfus argumenta que a abordagem de Foucault fornece uma visão mais completa e matizada das relações de poder, destacando como o poder é exercido não apenas através de instituições, mas também através das práticas cotidianas que moldam os comportamentos e as identidades dos indivíduos. Ele sugere que essa visão é crucial para entender como o poder opera de maneiras que muitas vezes passam despercebidas, mas que têm um impacto profundo nas vidas das pessoas (Dreyfus, 2013, p. 80).

Rabinow complementa essa análise ao enfatizar que a perspectiva de Foucault oferece uma compreensão mais prática das formas de resistência. Ele argumenta que, ao entender como o poder se manifesta nas práticas cotidianas, podemos desenvolver estratégias de resistência que operem no mesmo nível, transformando essas práticas e desafiando as normas que sustentam as relações de poder. Essa abordagem, segundo Rabinow, é essencial para criar formas de resistência que sejam efetivas e sustentáveis (Rabinow, 2014, p. 115).

Ao explorar as práticas de prazer e os cuidados de si, Foucault mostra como o poder é exercido e resistido através dos corpos. Em “História da Sexualidade, Volume 2: O Uso dos Prazeres” (Foucault, 2014b, p. 50), ele argumenta que essas práticas permitem que os indivíduos redefinam suas subjetividades e resistam às normas impostas pela sociedade. Essa análise revela que o corpo é um campo de batalha onde o poder é exercido e contestado, desafiando a ideia de que o poder pode ser completamente compreendido ou legitimado apenas através da comunicação racional. O corpo, por si só, não possui resistência intrínseca. Ele é uma construção histórica, moldada por diferentes técnicas de poder, significação e autocuidado.

Além disso, Foucault propõe que essas práticas de prazer são atos políticos que desafiam as normas sociais e criam novas formas de subjetividade. Ele argumenta que, ao engajar-se nessas práticas, os indivíduos podem resistir às formas de controle que a sociedade tenta impor, criando espaços de liberdade e autonomia que desafiam as estruturas de poder existentes (Foucault, 2014b, p. 58).

Fraser (2018, p. 105) e Connolly (1993, p. 60) reforçam essa visão, sugerindo que as práticas de prazer discutidas por Foucault são formas eficazes de resistência porque operam no mesmo nível que o poder, utilizando as mesmas ferramentas que ele usa para se perpetuar. Fraser argumenta que essas práticas permitem uma resistência que é mais imediata e visceral, enquanto Connolly enfatiza a importância de entender as interações entre poder, corpo e práticas sociais para desenvolver estratégias de resistência eficazes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das críticas de Habermas a Foucault revela um profundo contraste entre duas abordagens distintas do poder e da emancipação. Habermas enfatiza a racionalidade comunicativa e a deliberação pública como meios essenciais para a legitimação do poder e a promoção da justiça social. Ele argumenta que o consenso racional é fundamental para garantir a legitimidade das decisões políticas e para promover a emancipação dos indivíduos (Habermas, 2012, p. 104).

Por outro lado, Foucault desafia essa visão ao sugerir que o poder é muito mais difuso e complexo do que Habermas admite. Ele argumenta que o poder permeia todas as relações sociais e se manifesta nos corpos e nas práticas cotidianas. Foucault demonstra que o poder não é apenas uma força repressiva, mas também uma força produtiva que cria realidades sociais e subjetivas (Foucault, 2014a, p. 35).

A visão de Foucault sobre o poder como algo que está enraizado nas práticas cotidianas e nos corpos oferece uma perspectiva mais rica e detalhada das dinâmicas de poder. Ele mostra que o poder é exercido de maneiras sutis e invisíveis, muitas vezes através de práticas que parecem benignas ou normais. Essa visão revela a profundidade e a complexidade das relações de poder, que não podem ser reduzidas a meras questões de consenso e deliberação (Foucault, 2014a, p. 38).

Fraser (2018, p. 102) e Connolly (1993, p. 56) reforçam essa visão, argumentando que a análise de Foucault sobre o poder e o corpo oferece uma perspectiva mais prática e aplicada das formas de resistência e emancipação. Fraser destaca que as análises de Foucault sobre as práticas sociais e o corpo são fundamentais para compreender como as relações de poder se manifestam e podem ser desafiadas. Connolly acrescenta que a abordagem de Foucault fornece uma base sólida para explorar as complexas interações entre poder, corpo e práticas sociais.

Fraser argumenta que a compreensão foucaultiana das práticas sociais e do corpo é crucial para desenvolver estratégias de resistência que não se limitam ao discurso, mas que também envolvem a transformação das práticas cotidianas. Ela sugere que essas estratégias podem ser mais eficazes porque operam no mesmo nível que o poder, utilizando as mesmas ferramentas que ele usa para se perpetuar (Fraser, 2018, p. 105).

Connolly complementa essa visão ao afirmar que a análise de Foucault oferece uma base sólida para entender as interações entre poder, corpo e práticas sociais. Ele argumenta que essa abordagem é útil para identificar pontos de resistência e desenvolver práticas que possam desafiar e subverter as normas estabelecidas, criando novas formas de subjetividade e agência (Connolly, 1993, p. 60).

Em última análise, a abordagem de Foucault oferece uma visão mais abrangente e matizada do poder, que reconhece sua complexidade e onipresença nas relações sociais e práticas cotidianas. Ele mostra que o poder não é apenas uma questão de dominação, mas também de produção de sujeitos e realidades sociais, e que ele pode ser resistido de maneiras que vão além da comunicação racional (Foucault, 2014a, p. 40).

Foucault propõe que práticas corporais e de prazer, como o cuidado de si, são formas de resistência que podem subverter as normas sociais e criar novas formas de subjetividade. Essas práticas oferecem uma maneira de os indivíduos desafiarem as estruturas de poder de maneira mais direta e tangível, transformando suas próprias vidas e corpos como atos políticos (Foucault, 2014c, p. 108).

Por outro lado, Habermas continua a defender a importância da deliberação racional e do consenso como meios para legitimar o poder e promover a emancipação. Ele acredita que, através do diálogo e da deliberação pública, é possível alcançar decisões justas e legítimas que refletem os interesses de todos os membros da sociedade (Habermas, 2012, p. 104).

A divergência entre Habermas e Foucault revela duas abordagens diferentes, mas complementares, para entender e resistir ao poder. Enquanto Habermas foca na importância da comunicação racional e do consenso, Foucault enfatiza a necessidade de reconhecer as formas sutis e difusas de poder que operam através dos corpos e das práticas cotidianas.

Butler e Honneth, ao explorar as ideias de Foucault, destacam a importância de entender como o poder é internalizado e naturalizado nas práticas sociais. Eles sugerem que as análises de Foucault sobre disciplina e normatização dos corpos são cruciais para desenvolver estratégias de resistência que desafiam as normas sociais de maneiras mais profundas e significativas (Butler, 2016; Honneth, 2015).

Fraser e Connolly, ao reforçar a visão de Foucault, argumentam que a análise das práticas sociais e corporais oferece uma perspectiva mais prática para a resistência. Eles destacam que, ao entender como o poder se manifesta nas interações diárias, é possível identificar pontos de resistência e desenvolver práticas que subvertam as normas estabelecidas, criando novas formas de subjetividade e agência (Fraser, 2018; Connolly, 1993).

Em suma, a discussão entre Habermas e Foucault sobre o poder e a emancipação revela a complexidade das dinâmicas sociais e a necessidade de abordar o poder de múltiplas perspectivas. Habermas oferece uma abordagem baseada na racionalidade comunicativa e no consenso, enquanto Foucault propõe uma visão mais corporal e prática do poder e da resistência. Juntos, esses insights fornecem uma compreensão mais completa das formas de poder e das maneiras de promover a emancipação e a justiça social.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

BUTLER, Judith. *Corpos que Pesam: Sobre os Limites Discursivos do “Sexo”*. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

CONNOLLY, William E. *Political Theory and Modernity*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

DAVIDSON, Arnold I. *The Emergence of Sexuality: Historical Epistemology and the Formation of Concepts*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2015.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber*. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si*. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade 4: As Confissões da Carne*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971.

FOUCAULT, Michel. *O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 39. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. “What is Enlightenment?” In: Rabinow, Paul (Ed.). *The Foucault Reader*. New York: Pantheon Books, 1984b.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria da Ação Comunicativa*. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HABERMAS, Jürgen. *Faticidade e Validade*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. 4. Ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

O’LEARY, Timothy. *Foucault e a Arte da Ética*. São Paulo: Loyola, 2016.

RABINOW, Paul. *Antropologia da Razão: Ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Licença e Direitos:



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).